

SERTÃO COMO RECORTE ESPACIAL E COMO IMAGINÁRIO CULTURAL

*Erivaldo Fagundes Neves**

RESUMO

Define-se sertão como interior, região agreste, lugar recôndito, numa relação dialética com o litoral, estabelecendo uma alteridade espacial do colonizado em contraposição ao território do poder e do padrão cultural, mas também traduzindo força imagética, de sentimentos e de sentidos, manifestada em diversas formas de expressão artística.

PALAVRAS-CHAVE: *Interior. Música Nordestina. Região. Sertão.*

O sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais,
lá é o Chapadão, acolá é a Caatinga...
João Guimarães Rosa

A discussão conceitual de “sertão” como referência espacial e categoria sociocultural desperta hoje, mais que antes, interesses de estudiosos da História, Geografia, Antropologia e outros campos afins do conhecimento e, mais ainda, dos que se dedicam a estudos *inter* ou *trans* disciplinares. Não há palavra mais

* Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: erivaldo@uefs.br.

vinculada à História do Brasil, sobretudo do Nordeste, que “sertão” (BARROSO, 1983), consolidada intimamente com a literatura, a música, o cinema e outras expressões artísticas e manifestações culturais.

Apoiando-se no **Dicionário da língua bunda de Angola**, elaborado por Bernardo Maria de Carnecatim e publicado em Lisboa, no início do século XX, Gustavo Barroso (1888-1950) atribuiu a gênese da palavra “sertão” ao vocábulo “muceltão”, corrompido para “celtão” e, depois, “certão”, cujo significado, expresso em latim, seria *locus mediterraneus*, que se traduz por “lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa”. Transposta para Portugal, deu-se, indevidamente, a essa significação africana, a equivalência de “desertão”, deserto grande, de onde surgira “sertão”, como forma contraída. Apesar de equivocada, essa suposição influenciaria a grafia da palavra, na troca da consoante inicial (BARROSO, 1983).

Filólogos contemporâneos atribuem étimo controvertido ou obscuro à palavra “sertão”, derivada do vocábulo latino *desertanu*, de genealogia pouco conhecida. Para todos, significa região agreste, despovoada, lugar recôndito, distante do litoral, mas não necessariamente árido; terra e povoação do interior; enfim, o interior do país (CUNHA, 1997; FERREIRA, 1986; HOUAISS, 2001).

Desde os primórdios coloniais, empregavam-na para denominar interior, como se vê nos textos uniformes das cartas de doação das capitâneas hereditárias, de 1534, quando D. João III doou “dez léguas de terra ao longo da costa”, da respectiva fração territorial e administrativa colonial, a cada capitão donatário, facultando-lhes avançar “pelo sertão”, tanto quanto pudessem entrar (SILVA, 1925).

Durante a ocupação e povoamento da América portuguesa, “sertão” expressou fronteira da colonização, campo de atividades bandeirantes, lugar onde se procuravam minérios e guerreavam-se contra os índios, degolando os homens e escravizando mulheres e crianças. João de Barros, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto (1510-1583), Antônio Vieira (1608-1697), Pero Vaz de Caminha (1450-1500) tomaram “sertão” na acepção de interior, mas Câmara Cascudo (1898-1986) considerou apropriado o sentido de anterior, ligado à pecuária e à permanência de antigos costumes e tradições, fixando-se mais no Nordeste e Norte que em outras regiões (CASCUDO, 1980).

Euclides da Cunha (1866-1909) vislumbrou o sertão de Canudos, ajustado ao “cautério das secas”, onde “esterilizam-se os ares urentes; empedra-

se o chão, gretando, recrestado”; cenário onde “ruge o nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos” (CUNHA, 1998).

No estudo sobre bandeirantes e “vida cotidiana dos sertanistas de São Paulo”, da década de 1920, Alcântara Machado (1875-1941) apontou o sertão como “centro solar do mundo colonial”, porque “gravitavam-lhe em torno, escravizados à sua influência e vivendo de sua luz e de seu calor, todos os interesses e aspirações”. O sertão apareceria com frequência nos inventários paulistanos dos dois primeiros séculos da colonização portuguesa, a denunciar que para lá se voltava “constantemente a alma coletiva, como a agulha imantada para o pólo magnético” (MACHADO, 2002).

O colonizador, impondo-se sobre o colonizado, estabeleceu a alteridade colonial, no início, sendo a colônia o território do outro – índios, negros, cafuzos, mulatos, mamelucos – enfim, do colono ou do que deveria ser colonizado. O avanço da ocupação e povoamento do interior, na transição para o século XVIII, com a mineração e a pecuária, definiu nova alteridade, na relação interativa e complementar, entre litoral e sertão. “Como em um jogo de espelhos”, o sertão, espaço do outro – índio, caboclo, vaqueiro, tropeiro, boiadeiro, agricultor – refletia “seu principal referente”, o litoral – território do poder, da força propulsora do desenvolvimento, do padrão cultural – de forma invertida, deformada, estilhaçada (ARAÚJO, 2000), embora no imaginário sertanejo essa inversão de valores não tivesse a mesma intensidade da projeção litorânea.

Essa alteridade colonial interna suavizou-se no processo de construção do *eu* nacional. Fazendeiros sertanejos e senhores de engenho litorâneos, comerciantes e intelectuais urbanos unificaram-se na luta contra o outro, o colonizador, em Minas Gerais (1789), na Bahia (1798), em Pernambuco (1817) e novamente na Bahia (1822/1823). Nesta última ocasião, na guerra que derrotou as tropas portuguesas, comandadas pelo brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, a alteridade externa foi rejeitada.

SERTÃO COMO RECORTE ESPACIAL

Identificam-se, no século XIX, dois sentidos de “sertão”, ambos ainda presentes na historiografia e literatura: um associado à idéia de semi-árido; outro, priorizando atividades econômicas e padrões de sociabilidade, articulado

à pecuária. Dentre muitos exemplos da primeira idéia, uma síntese descritiva do pensamento social brasileiro caracteriza o sertão como “lugar de reprodução de uma ordem social específica”, somente entendido “enquanto *habitat* social, na relação estreita entre natureza e sociedade”. E suas “condições históricas” seriam “pensadas como determinações que fazem obrigatória a descrição do sertão-geografia indissociada daquela do sertão-sociedade” (SOUZA, 1997).

O sentido de sertão se expressaria na dupla idéia “espacial de interior” e “social de deserto, região pouco povoada”, transcendendo qualquer “delimitação espacial precisa”. O imaginário de “sertão”, construído por viajantes, missionários e cronistas, “mais do que oposição a litoral”, se constituiu “em contraste com a idéia de região colonial”. Por muito tempo, “a conotação de deserto e de tudo o que se encontra distante da civilização” permeara o pensamento social brasileiro. A “idéia da distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores” seria “denominador comum dos vários significados atribuídos à palavra sertão”, integrando “o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista” (LIMA, 1999). Não seria, portanto, a civilização; tampouco a barbárie.

Nota-se que essa concepção dual associou o termo “sertão” a conceitos, geográfico (semi-árido) e econômico (pecuária), apresentando o seu sentido numa percepção espacial (interior) e noutra social (região pouco povoada), ambas categorias da Geografia, mas trazendo implícitas a noção de ação humana ou a concepção de espaço social historicamente construído, um pressuposto da idéia de região.

Os meios de comunicação social projetam as grandes cidades como “modernas, progressistas, representantes de valores novos”, onde se praticaria a atividade política com democracia, pelo convencimento, pelo uso da razão, da liberdade de expressão e opção, enfim, um espaço de “vivência e atuação de cidadãos livres e conscientes”. Por outro lado, vislumbram o sertão como “arcaico, lugar de ação do clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência” (ARRUDA, 2000), como se o poder de um não emanasse do outro, ambas partes do mesmo todo sociocultural e político-econômico.

Nessas circunstâncias, os centros urbanos e os sertões configurariam espaços simbólicos explicativos da dicotomia da sociedade brasileira, tradicionalmente apresentada pela historiografia e pela literatura por meio da dialética do progresso e do atraso, do moderno e do arcaico (OLIVEIRA, 1975).

Por um lado, os sertões foram cenários de conflitos sociais, impulsionados pelas ações de bandoleiros comandados por indivíduos como Antônio Silvino ou Virgolino Ferreira, o Lampião; coronéis da Guarda Nacional, como Floro Bartolomeu, no Ceará, e Horácio de Matos, na Bahia; pregadores como Antônio Conselheiro, na Bahia, e padre Cícero Romão Batista, no Ceará; lideranças comunitárias ou grupos políticos em luta pela posse da terra, como o movimento de Caldeirão, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Por outro lado, expressões artísticas e manifestações culturais dos sertões consolidaram-se como valores nacionais.

Se o isolamento e as asperezas da vida no sertão possibilitaram hábitos despóticos de indivíduos e autoridades, também proporcionaram generosidade e hospitalidade, testemunhadas por viajantes brasileiros e estrangeiros, em todo o interior do Brasil (LEONARDI, 1996). O príncipe Maximiliano de Wied, em 1817, anotou, no seu diário de viagem, dificuldades vividas pelos habitantes do Sertão da Ressaca (WIED, 1989); os bávaros Spix e Martius, registraram, em 1819, audácia de “valentões” em Caetité (SPIX; MARTIUS, 1881); Teodoro Sampaio (1855-1937), na transição para 1870, conheceu o arbítrio do coronel Neco, em Carinhanha. Mas, todos destacaram a cordialidade e a receptividade que tiveram das populações por onde passaram (SAMPAIO, 2002).

Generalizou-se o conceito de “sertão” para vasta área do interior brasileiro que expressa pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, equiparando-se à idéia de “região”, exposta como espacialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza do que produz, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condição de território interior de uma região ou unidade administrativa interna – Sertão Nordeste, Sertão da Bahia – ou de zoneamento dessas espacializações – Alto Sertão da Bahia, Sertão de Canudos, Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe – ou ainda o sertão do bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do “polígono das secas”.

Na diversidade da formação étnico-cultural e configuração ambiental, os sertões de Mato Grosso pouco se identificam com os da Bahia e do Nordeste, além do significado de território interior e alguns aspectos físicos. Do mesmo modo, no Sertão de Canudos, conjunto geofísico homogêneo, identificado

com as caatingas do semi-árido de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Goiás, encontram-se relevo, solo, vegetação, diferentes dos existentes no Alto Sertão da Bahia, que se assemelha ao vizinho norte de Minas Gerais, e este em nada se parece com o interior de São Paulo, aproximado do cenário de Mato Grosso. Há ainda o amazônico, distinto de todos, além de outros, de conhecimento pouco difundido.

SERTÃO COMO IMAGINÁRIO CULTURAL

Como categoria cultural, “sertão” afirma-se pelos antecedentes socioculturais de sua população, exprimindo “poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos”, construídos ao longo da sua experiência histórica. No imaginário do cancionista popular, “sertão” expressa diferentes viveres e saberes. A “música sertaneja” – denominação genérica, atribuída por agentes de gravadoras e locutores de rádio – engloba “uma variedade enorme de gêneros de músicas particulares de uma vasta zona geográfica”, com o predomínio da “viola de cinco cordas duplas, mais conhecida como viola caipira” (BARBOSA, 2000).

Precedendo a inserção lítero-musical sertaneja nos centros urbanos do Sudeste brasileiro, a primeira-dama do país, Nair de Teffé convidou Catulo da Paixão Cearense (1863-1946) para tocar e cantar num recital no palácio do Catete. Este atrevimento provocou a ira aristocrática de Rui Barbosa (1849-1923), adversário do presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Barbosa proferiu indignado discurso no Senado, denunciando que “em vez de obras de Wagner e Chopin, ouviam-se, em palácio [...] o cortajaca e as modinhas do Catulo”.

Grupos musicais nordestinos, como os Turunas da Mauricéia, passaram a se apresentar no Rio de Janeiro e em São Paulo apenas para os segmentos sociais populares. Na década de 20 do século XX, surgiram, no carnaval carioca, grupos como o Bando dos Tangarás, cantando modas de viola, desafios, cocos, cateretês, emboladas (MÁXIMO, 1988).

Como produção fonográfica, a “música sertaneja”, destinada a “populações identificadas pela origem, com hábitos, costumes e sons ligados particularmente à vida rural”, surgira no Rio de Janeiro, sendo difundida pela revista **O Tribofe**, de Artur Azevedo (1855-1908), a partir de 1891, e

consolidada pelo “teatro musicado”, inaugurado com a comédia-opereta **A Capital Federal**, em 1897, apresentando “um caipira atrapalhado na cidade”, que agradava porque “tocava viola e falava das coisas do sertão”. Da comédia, a figura caricata do caipira passou para a literatura, por meio de Afonso Arinos (1868-1916), Monteiro Lobato (1882-1948) e outros, chegando ao rádio e ao disco por iniciativa de Cornélio Pires (1884-1958) que, na década de 1920, levou violeiros de Piracicaba aos estúdios da Colúmbia, em São Paulo (TINHORÃO, 2001). Seguiram-se formações de “duplas caipiras”, como Alvarenga e Ranchinho, Jararaca e Ratinho, que se multiplicaram, a partir da década de 1940.

Nessa época, a “música sertaneja” ou “caipira” – guarânia, catira, em duas vozes, acompanhadas por um par de violas de cinco cordas duplas, expressando freqüente apelo romântico, fazendo apologia das grandezas econômicas, mitificadas no “rei do café” e no “rei do gado”, reportando a valores morais como o triunfo do bem sobre o mal – apoiada pelos meios de difusão, colocou-se como expressão cultural cabocla do Centro-Sul.

Mas a “música nordestina” ou “de forró” – baião, xaxado etc., acompanhada por sanfona, zabumba e triângulo; exprimindo saudade ou júbilo; preferindo temas como fenômenos meteorológicos ou flagelos sociais, materializados na seca ou na emigração; enaltecendo atributos morais, em expressões como o “sertão das mué sérias e dos homes trabaiaidô” ou a sensualidade de Carolina, “dançando o xenhenhém” – começou a difundir-se no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com a interpretação do sanfoneiro popular Luiz Gonzaga e letras, entre outros, do advogado Humberto Teixeira e do médico Zé Dantas. Na década de 1960, outra vertente da expressão musical do Nordeste – repente, coco, embolada – conquistou espaço a partir do Rio de Janeiro, com Jackson do Pandeiro.

A denominação dessa expressão cultural ou gênero musical – forró – seria corruptela da expressão inglesa *for all*, “para todos”, designação de um baile com sanfoneiro, oferecido pelos construtores britânicos de uma estrada de ferro no Nordeste à peonada da obra, para distinguir de um outro que promoviam para os técnicos vindos da Inglaterra e convidados nativos.

No segundo estágio evolutivo das matrizes *gonzaguistas* e *jacksistas*, com sonoridade e poesia urbanas, surgiram, na década de 1970, poetas-compositores-intérpretes como Geraldo Azevedo, Alceu Valença e Zé Ramalho; e, na de

noventa, a terceira geração, com a urbanidade pós-modernista, do Movimento Mangue Beat, liderado por Chico Science & Nação Zumbi, seguidos de Chico Cezar, Zeca Baleiro, Lenine e outros, como a mais consistente expressão da música popular brasileira da transição para o século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Ramos Tinhorão apontou como fator preponderante da formação e expansão do naco de mercado da “canção sertaneja”, tanto a “caipira” ou “moda de viola”, como a “nordestina” ou “forró”, o acelerado processo de urbanização das populações rurais no Brasil, com êxodo dos sertões para as grandes cidades, litorâneas na maioria (TINHORÃO, 2001).

Pode-se, desse modo, afirmar que os fluxos de emigrantes sertanejos criaram o mercado da saudade, para a produção fonográfica, ampliado a partir dos últimos anos do século XX, apesar da difusão do *country* norte-americano nos eventos midiáticos das vaquejadas. São, portanto, pelo menos dois vastos sertões culturais, aflorando, de cada um, especificidades antropológicas, sociológicas, geográficas, econômicas, exprimindo respectivas formações históricas e expondo a historicidade de cada região como recorte espacial e sociocultural da totalidade nacional.

Na concepção da dualidade geográfica, tem-se o sertão nas perspectivas espacial e social; pela ótica cultural, vê-se também o sertão por diferentes manifestações, destacando-se as expressões musicais sertanejas do Centro-Sul e a nordestina, traduzindo diferentes viveres do interior do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PIORE, M. **Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BARBOSA, I. C. **Sertão, um lugar incomum**. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, 2000.

BARROSO, G. **Vida e história da palavra sertão**. Salvador: UFBA/CEB, 1983. (Extrato de: **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1982)

CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 5. ed. revista e aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 9. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, E. da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Edição crítica de W. N. Galvão. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEONARDI, V. **Entre árvores e esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj-Úcam, 1999.

MACHADO, A. (José de A. M. de Oliveira). Morte e vida do bandeirante. In: SANTIAGO, S. (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 1188-1366.

MÁXIMO, J. **Luiz Gonzaga**: 50 anos de chão. Rio de Janeiro: BMG Ariola Discos Ltda. [Encarte da coleção de três CDs que reproduziu cinco LPs de 1988]

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1975. (Estudos CEBRAP, 2)

SAMPAIO, T. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Organização por J. C. B. de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, I. A. de C. e. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. v. 1. (Anot. Brás do Amaral). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

SOUZA, C. V. e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. v. 2. 4. ed. (1. ed. 1823). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981.

WIED, M. P. von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

TINHORÃO, J. R. **Cultura popular**: temas e questões. São Paulo: Editora 34, 2001.

SERTÃO AS A SPATIAL RECUT AND AS CULTURAL IMAGINARY

ABSTRACT

Sertão is defined here as an arid and remote interior in a dialectic relation with the coast, establishing a spatial alternative to the colonized areas. This is then in contraposition to the territory of power and the cultural patterns of the coast, and translates into an image of feelings and senses which are manifested in diverse forms of artistic expressions.